

Testemunha alega coação

Das sucursals

Durante o prosseguimento, ontem, no Rio, perante o Conselho Permanente de Justiça da 1.ª Auditoria da Marinha, do sumário de culpa dos 33 reus denunciados como incurso na Lei de Segurança Nacional por estarem implicados no movimento subversivo denominado MR-8, a testemunha informante João Gonçalves Tavares, bancário, negou as declarações prestadas na fase de inquerito, alegando que fora coagido "moral e fisicamente".

Disse que, quando foi preso, na qualidade de funcionário do Banco do Brasil, da agência Leblon, tinha ido à residência de Jorge Medeiros Vale, conhecido como o "Bom Burguês", para saber o motivo por que não comparecia ao trabalho. Nessa ocasião foi preso e submetido a severo interrogatório, sendo "coagido a prestar o depoimento que agora lhe é apresentado".

Esclareceu ainda que posteriormente prestou um outro depoimento perante o comandante Laginestra, pedindo ao Conselho que o último fosse o considerado, embora com algumas restrições, uma vez que na ocasião em que prestava o depoimento ficava "traumatizado" pelos maus tratos a que teria assistido.

MAUS TRATOS

Prosseguindo em seu depoimento, disse que se recusou a conduzir uma encomenda até a Ilha do Governador, quando soube que se tratava de explosivos. Esclareceu que conhecera Jorge há 5 anos e que, no trabalho "ele sempre tratava os colegas com cordialidade e gentileza, sendo mesmo um entusiasmado pelos negócios.

Disse ainda que quando foi conduzido à Ilha, encontrou Jorge Medeiros do Vale com hematomas e lábios inchados e que os maus tratos sofridos pelos presos eram comentados, "até mesmo com revolta" pelos próprios guardas, que isoladamente faziam comentários com os indicados. Revelou também que Jorge confessara que na Ilha sofrera maus tratos durante 12 dias consecutivos, tratamento esse — no seu entender — dispensado a todos os presos.

Acrescentou que durante o tempo que permaneceu preso na Ilha viu Nielse, um dos presos, com um braço deslocado, e que Sebastião Medeiros, Marcos Antonio de Medeiros e Milton Gaia Leite, com quem esteve preso, diziam terem sido vítimas de violências.

OUTROS DEPOIMENTOS

A outra testemunha informante — Francisco Borges de Souza Dantas, agente de investimentos — declarou que conheceu o "Bom Burguês", por meio de uma apresentação feita por sua irmã, que trabalhava na mesma agência bancária. Acrescentou que o mesmo "gozava de bom conceito como homem de negócios". Esteve preso na Ilha de 50 a 60 dias.

Finalmente, a testemunha Lázaro Roberto Marques Mendes, soldado do Exército, esclareceu a transação de uma arma feita entre o soldado Luiz Carlos e o arquiteto Ivens Marchetti, limitando-se a confirmar o depoimento que já havia prestado na fase do inquerito.

O juiz-auditor Oswaldo de Lima Rodrigues, após a audiência, marcou o dia 2 de dezembro para prosseguimento do sumário, ocasião em que serão ouvidas as testemunhas dos 8 primeiros asusados.

O advogado Augusto Sussekind, patrono do "Bom Burguês", vai impetrar correição parcial junto ao Superior Tribunal Militar, reclamando cerceamento de defesa por inversão da ordem no contraditório.

O advogado Alfredo Antonio Guarischi arrolou como testemunhas de defesa de João Manuel Fernandes, os negociantes Harvey João Schlenter e Lambert Sholl, residentes em Curitiba, no sentido de que sejam ouvidos por meio de carta precatória.